



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete da Presidência

246

Recurso de Agravo em Pedido de Suspensão de Liminar nº 95193-7/03
Agravante: **O MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**
Agravados: **ESTADO DE PERNAMBUCO**

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. SOBRESTAMENTO DOS EFEITOS DA LIMINAR PELA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL. VIGÊNCIA ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO DE MÉRITO DA AÇÃO PRINCIPAL. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

A simples declaração do Presidente do Tribunal ratificando a vigência da suspensão excepcional até que se opere o trânsito em julgado da decisão de mérito da ação principal, anteriormente concedida, não caracteriza usurpação de competência.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de AGRAVO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR nº 95193-7/03, em que figuram como Agravante O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO e como Agravado O ESTADO DE PERNAMBUCO, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Corte Especial, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos da ementa, do voto e das notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 16.11.09

Des. Jones Figueirêdo Alves
Des. Jones Figueirêdo Alves
Presidente do Tribunal



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Corte Especial**

247

Agravo em Pedido de Suspensão de Liminar nº 95193-7/03

Agravantes: O MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

Agravado: ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo em Pedido de Suspensão de Liminar originariamente deferida nos autos da Ação Cautelar preparatória de ação civil pública tombada sob o nº 001.2003.013.335-2, em curso perante a 2ª Vara da Fazenda Pública da Capital, excepcionalmente suspensa, à época, pela Presidência deste Tribunal.

A decisão suspensiva fundamentou-se na inobservância de disposições legais expressas e em potencial lesão à ordem pública, ante o risco de inibição da manutenção de relevante serviço público, que poderia acarretar descontinuidade do serviço de transporte coletivo de passageiros.

O Ministério Público agravou, mas a Corte manteve a decisão suspensiva excepcional.

Entretanto, a superveniente prolação de sentença no feito principal (Ação Civil Pública nº 001.2003.017724-4) reabriu a discussão, haja vista ter o Juiz declarado que a sentença passaria a produzir efeitos imediatamente, em que pese existir decisão suspensiva da Presidência acerca da matéria.

Mais uma vez o Estado insurge-se contra a decisão de primeiro grau e reitera o pedido de sobrestamento, no que tem seu pleito atendido pelo então Presidente, ficando estabelecido, naquela oportunidade, que a suspensão vigorará até o trânsito em julgado da decisão proferida na ação principal (fl.344).

Ocorre, porém, que quando da apreciação do recurso (Aci 127169-0), o Órgão colegiado manteve na íntegra a sentença de primeiro grau, fixando, inclusive, o prazo de 72h para cumprimento do *decisum*, sob o argumento de que com a prolação da sentença, cessariam os efeitos da decisão suspensiva de liminar.

Insatisfeito, o Estado peticiona buscando a confirmação da vigência da sustação dos efeitos da liminar anteriormente concedida até que se verifique o trânsito em julgado da decisão de primeiro grau. Pedido este acolhido pela Presidência deste Tribunal (fls 350/353).



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Corte Especial**

248

Contra tal decisão insurge-se o Ministério Público, através do presente recurso de agravo, aduzindo ser esta Presidência incompetente para apreciar o pedido, tendo em vista o fato de já haver pronunciamento de órgão colegiado deste Tribunal acerca da matéria. Segundo alega, havendo interesse em sustar a execução do *decisum*, o pedido deveria ser dirigido às Cortes Superiores.

Por estas razões, busca a reconsideração da decisão agravada, ou, não sendo este o entendimento, requer a apreciação e provimento do recurso pela Corte Especial.

Contraditório às fls. 31/35.

É o relatório.



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Corte Especial**

249

Agravo em Pedido de Suspensão de Liminar nº 95193-7/03
Agravante: O MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
Agravado: ESTADO DE PERNAMBUCO

VOTO

Conforme relatado, trata-se de recurso de Agravo interposto pelo Ministério Público, visando à reforma de decisão suspensiva excepcional, sob a alegação de incompetência desta Presidência para apreciar a matéria, ante o fato de já haver pronunciamento de órgão colegiado acerca do assunto.

In casu, tenta-se fazer crer que a decisão agravada suspendeu uma liminar quando já havia pronunciamento de turma do Tribunal a respeito da matéria, mas tal afirmação não corresponde à realidade, pois a decisão que se pretende reformar apenas declarou a vigência de pronunciamento anterior.

O novo pronunciamento motivou-se pelo fato de que o órgão colegiado ao apreciar o recurso de apelação manteve a sentença de primeiro grau e fixou prazo de 72h para cumprimento da medida, apesar de existir decisão desta Presidência suspendendo os efeitos da liminar respectiva.

Embora exista muita discussão doutrinária acerca da vigência da decisão do Presidente de Tribunal, sabe-se que a questão já se encontra positivada, conforme dispõe o § 9º do art. 4º da Lei 8437/92, com redação dada pela Medida Provisória nº 2180-35/2001, *in verbis*:

"A suspensão deferida pelo Presidente do Tribunal vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ação principal".

Sobre o assunto, conferir precedentes do STJ: (REsp 1001838/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/03/2008, DJe 23/04/2008); (AgRg na SLS .618/GO, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/12/2007, DJ 11/02/2008 p. 1).



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Corte Especial**

43
250

Desse modo não há que se falar em usurpação de competência por parte da Presidência deste Tribunal, pois o gestor pretérito apenas declarou que a suspensão dos efeitos da liminar, anteriormente concedida, vigora até que se verifique o trânsito em julgado da decisão de primeiro grau.

Feitas estas considerações, voto pelo não provimento do presente recurso de agravo.

Recife, 16.11.07

Des/ JONES FIGUEIRÊDO ALVES
Presidente